

Revista de
Arqueologia Pública

ARTIGO

**MEMÓRIA, OBJETOS E
EDIFÍCIOS**

UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA SOBRE O EDIFÍCIO
QUE SEDIU O DEOPS/SP

Priscila Paula de Sousa

Dossiê

No. 10
ISSN 2237-8294
dezembro de 2014

MEMÓRIA, OBJETOS E EDIFÍCIOS

UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA SOBRE O EDIFÍCIO QUE SEDIU O DEOPS/SP

Priscila Paula de Sousa¹

RESUMO

Partindo das memórias de Elza Ferreira Lobo e Rose Nogueira, ex-presas políticas que estiveram encarceradas no Deops/SP pela Ditadura Militar que assolou o Brasil de 1964 a 1985, este trabalho analisará as relações entre a cultura material – artefatos, incluindo construções arquitetônicas – e o cotidiano dessa mesma prisão. Inserido no âmbito da Arqueologia da Repressão e da Resistência, esse trabalho contará também com a metodologia da Arqueologia da Arquitetura para analisar o espaço físico do prédio que sediava a prisão e, atualmente, sedia o Memorial da Resistência de São Paulo.

Palavras-chave: Arqueologia da Repressão e da Resistência; Memória; Arqueologia da Arquitetura.

ABSTRACT

Based on Elza Ferreira Lobo and Rose Nogueira's memories, both political prisoners during Brazilian military regime (1964-1985) who were imprisoned at Deops/SP, an internal security agency, this paper will discuss the relations between the material culture –artifacts, including architectural buildings – and the daily routine in this prison. Inserted into the study area of Archaeology of Repression and Resistance, this article will use the methodology of Archaeology of Architecture examining the physical space where the prison worked in the past and, nowadays, where is the Memorial of Resistance in Sao Paulo.

Keywords: Archaeology of Repression and Resistance, Memory, Archaeology of Architecture.

RESUMEN

Partiendo de las memorias de Elza Ferreira Lobo y Rose Nogueira, ex-presas políticas

¹ Mestranda em História Cultural pela Unicamp. Bolsista Capes. Contato: priscila.paula.souza@gmail.com.

que estiveron encarceladas en Deops/SP por la dictadura militar que asoló a Brasil desde 1964 a 1985, este trabajo analizará las relaciones entre la cultura material, - artefactos, incluyendo construcciones arquitectónicas - y el día a día de la misma prisión. Incluyendo en el ámbito de la Arqueología de la Represión y Resistencia, ese trabajo contará también con la metodología de la Arqueología de la Arquitectura para analizar el espacio físico del edificio que fue sede de la prisión y actualmente es sede del Memorial de la Resistencia de São Paulo.

Palabras clave: Arqueología de la Represión y Resistencia, Memoria, Arqueología de la Arquitectura

INTRODUÇÃO

Na sociedade capitalista, “o material” tem um lugar fundamental dentro do sistema ideológico e simbólico. É por isso que “uma memória que pode ser tocada, olhada, sentida e experimentada, terá um efeito mais duradouro nas pessoas” (ZARANKIN, 2003: 36).

A ligação entre os indivíduos e a cultura material a sua volta é, notadamente, algo forte e marcante, que deixa lembranças para qualquer pessoa. Objetos e edifícios – artefatos – nunca são vazios de significado. Essa simbologia e as relações indivíduos-objetos são potencializadas quando os últimos estão ligados a um período de medo, repressão, tortura, sofrimento, prisão, enfim, a um contexto ditatorial. Nesse sentido, acredita-se que utilizar as memórias de pessoas que estiveram presas durante a ditadura é uma ferramenta importante para analisar a cultura material do período e as relações estabelecidas com e dentro dessa cultura material.

Dentre essas memórias, optou-se pelos testemunhos que foram coletados pelo Memorial da Resistência de São Paulo, quando do início dos estudos para a montagem do mesmo. O objetivo da coleta de testemunhos foi utilizar as memórias de ex-presos políticos para compreender como se deu a ocupação do prédio e compor o espaço museológico. Fruto concreto dessa coletânea de memórias é a maquete montada e exposta no mesmo Memorial, símbolo da materialização de várias memórias, representada abaixo:



Fig. 1: Maquete construída pelo Memorial da Resistência a partir dos dados apresentados pelos ex-presos políticos em seus testemunhos. Fonte: NEVES, 2014: 50.

Dentre esses testemunhos, foram escolhidos, especificamente, os de duas mulheres que estiveram presas no prédio que abrigou o Deops/SP – Departamento de Ordem Política e Social/São Paulo. São elas: Rose Nogueira e Elza Lobo. A escolha da memória feminina para compor o trabalho se deve ao fato de que ainda são poucos os trabalhos biográficos e autobiográficos de mulheres que lutaram, foram presas e resistiram à ditadura (RAGO, 2009).

Rosemary Nogueira foi presa em sua residência no dia 04 de novembro de 1969, na companhia do marido, pelo delegado Fleury, do Departamento de Ordem Social do Deops/SP. Segundo o prontuário policial da presa, o motivo de sua detenção foi o Inquérito Policial. Em seguida, permaneceu presa para averiguação e sua incidência penal foi a Lei de Segurança Nacional. Então, com 23 anos, Rose era jornalista da Folha da Manhã. Foi removida para o presídio Tiradentes, em 02/12/1969 (SECRETARIA, 1969). Os oficiais chegaram até sua casa porque, foi relatado por algum preso político, durante tortura, que Carlos Mariguela pudesse estar lá. Ela e o marido, Luíz Roberto Clauset, ofereciam sua moradia como ponto de encontro para reuniões, mas não participavam das mesmas (NOGUEIRA, 2011).

Elza Ferreira Lobo foi detida e levada à OBAN – Operação Bandeirante – em 10

de novembro de 1969, e encaminhada ao Dops em 24 de novembro de 69, de onde foi removida em 06 de janeiro de 1970, para o presídio Tiradentes, ganhando liberdade condicional em 20 de setembro de 1971. Era jornalista e professora e trabalhava na Secretaria da Fazenda, sendo detida em sua residência por infração à Lei de Segurança Nacional (SECRETARIA, 1969). Seu prontuário é vinculado ao inquérito de Diógenes de Arruda Câmara, líder do PC do B, pois se acreditava que tivessem alguma ligação. Elza nega tal contato militante e afirma que somente trabalhavam na mesma área (LOBO, 2013).

O edifício que será analisado pelo trabalho teve sua construção iniciada em 1906 e finalizado em 1914, pelo escritório de arquitetura Ramos de Azevedo, a fim de abrigar o armazém e os escritórios da Estação Ferroviária Sorocabana e, a partir 1942, foi utilizado pelo Deops/SP (NEVES, 2014). Assim, principalmente durante o período ditatorial, foi usado para manter e interrogar prisioneiros considerados subversivos pelo Regime Militar. Situado no Largo General Osório, 66, na cidade de São Paulo, atualmente abriga o Memorial da Resistência de São Paulo, vinculado à Pinacoteca do estado.

Embora toda a história do prédio seja importante, daremos aqui especial atenção à sua ocupação no período ditatorial e, sendo assim, este trabalho se insere no âmbito da Arqueologia da Repressão e da Resistência.

ARQUEOLOGIA DA REPRESSÃO E RESISTÊNCIA

A Arqueologia da Repressão e da Resistência tem gerado pesquisas no Brasil e na América Latina, especialmente nas sociedades que passaram por ditaduras militares, dedicando-se ao estudo de locais onde houve atuação do aparato repressivo, dos espaços que foram palco de resistência a essa repressão, de locais onde há indícios de ocultação de cadáveres pelos oficiais operantes nessas ditaduras, atuando também no processo de identificação desses cadáveres, enterrados, muitas vezes, como indigentes (FUNARI e SOARES, [2014]).

O termo foi utilizado pela primeira vez no livro lançado em 2006, *Arqueología de la represión y resistencia en América Latina (1960-1980)*, organizado por Pedro Paulo Abreu Funari e Andres Zarankin. Fruto de um simpósio ocorrido na Quarta Reunião de Teoria Arqueológica na América do Sul (ZARANKIN; SALERNO; PEROSINO, 2012), o livro conta com diversos estudos sobre as ditaduras latino-americanas a partir de uma abordagem arqueológica, relacionando diversas formas de cultura material, os regimes militares e as pessoas que foram resistentes a ele.

Especificamente, nos estudos sobre a Ditadura Militar brasileira, a Arqueologia tem muito a contribuir, visto que, para além da quantidade de informações que a cultura material pode oferecer – comum a qualquer período sobre o qual os arqueólogos se debruçam – temos o agravante de que boa parte da documentação escrita sobre o período foi destruída ou permanece oculta sob o poder dos militares, embora, desde 18 de novembro de 2011 haja a lei 12.527 (FUNARI; SOARES, [2014]) que deixa claro que qualquer dos órgãos do governo deve, mais do que permitir, facilitar o acesso a informações relevantes à sociedade:

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público; [...]

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública [...]

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; (BRASIL, 2011).

Esta mesma lei, porém, versa no Art. 24º sobre a possibilidade de manutenção em sigilo de alguns documentos por um período determinado, desde que seja “observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado” (BRASIL, 2011). De acordo com o primeiro parágrafo desse artigo, documentos considerados Reservados, Secretos e Ultrassegretos podem ser mantidos em sigilo durante cinco, quinze e vinte e cinco anos, respectivamente. Embora esse artigo preserve a segurança do Estado, acaba por dificultar e retardar pesquisas sobre o período e possíveis identificações de desaparecidos políticos (FUNARI; SOARES, [2014]). Pessoas consideradas subversivas e, por isso, perseguidas e tragadas pela repressão em nome da segurança nacional, agora veem seu direito à memória do período impedidas em nome da mesma e antiga “segurança nacional”, bem como as famílias que perderam, à época ditatorial, seus entes queridos e que veem ainda hoje a busca e identificação dos mesmos impedida pelas leis do Estado.

Relembrem Funari, Mechi e Justamand ([inédito]), que os documentos produzidos pelos grupos de oposição ao governo também são escassos, uma vez que, devido à sua clandestinidade, sempre que algum membro do “aparelho” “caía”, toda a documentação era destruída afim de que não se encontrassem provas de existência do grupo e de seus membros. Quando isso não ocorria, toda a documentação era apreendida pela repressão e seu acesso, atualmente, fica condicionado às mesmas questões da documentação oficial, uma vez que está sob a tutela do Estado.

Dentre as possibilidades de estudo no âmbito da Arqueologia da Repressão e da Resistência, nesse trabalho, optou-se por analisar como se relacionam a memória e as fontes arqueológicas – os artefatos da carceragem e o edifício onde as pessoas eram mantidas presas.

ARQUEOLOGIA E MEMÓRIA

A dificuldade de acesso à documentação sobre o período ditatorial torna a existência de fontes materiais e orais ainda mais importantes. A coleta de testemunhos e a análise dos relatos de sobreviventes do período ditatorial são importantíssimas para ajudar a elucidar algumas passagens ocorridas nesse período.

Estudos sobre a memória vêm sendo desenvolvidos desde o século XIX, nos mais variados campos de pesquisas, conseqüentemente, é ainda um tema de estudos nada unificado e/ou definido (MONSHENSKA, 2010a). A Arqueologia é uma das disciplinas que tem voltado seu olhar aos estudos e contribuições das memórias, especialmente quando aborda conflitos recentes, repressão e resistência. “Many scholars working in this field [history archaeology] have noted the value of memory as a concept encompassing war memorials, souvenirs, oral history interviews and commemorative rituals (e. g. Saunders, 2004; Schofield, 2005; Tarlow, 1999)” (MONSHENSKA, 2010b: 33).

O estímulo à memória a partir dos objetos relacionados a um determinado período é uma das formas de trazer para os relatos coisas que poderiam ter sido relegadas ao esquecimento. Janet Hoskins demonstra que obteve maior sucesso em conhecer as histórias dos indivíduos ao perguntar-lhes sobre alguns objetos, que ao interrogar-lhes sobre si mesmos, sem esse intermédio. A autora conclui que “quite to my surprise, was that I could not collect the histories of objects and the life histories of persons separately. People and the things they valued were so complexly intertwined that could not be disentangled” (HOSKINS, apud MONSHENSKA, 2010a:2).

Para ilustrar tal relação entre memória e objetos, podemos citar o exemplo do testemunho de Rose Nogueira que, quando relata sua prisão, relembra como ficou irritada com o fato do delegado Sérgio Paranhos Fleury ter tirado sua aliança e a guardado com ele. Diz que aquele objeto era uma ligação com o marido e a família e que aquele ato doeu muito (NOGUEIRA, 2008). Aqui, fica nítida a simbologia e importância da cultura material para os indivíduos, não era qualquer objeto que o delegado estava furtando em sua casa, era sua aliança de casamento, seu elo de ligação com o marido e o filho.

Partindo dessa inseparabilidade entre memória, história e objetos – cultura material no geral – o trabalho analisa o edifício que sediou o Deops/SP, fazendo uma análise de dentro para fora, a partir das experiências e sensações testemunhadas por pessoas que

ali estiveram encarceradas e como se relacionam com a estrutura arquitetônica e a cultura material que havia em seu interior. Para abordar tal cultura material arquitetônica, a Arqueologia da Arquitetura é uma ferramenta extremamente necessária.

ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA

A Arqueologia da Arquitetura possibilita o estudo da materialidade das construções arquitetônicas, abordando-as não como um elemento dado, mas reflexos de ideologias, costumes e práticas de uma sociedade (ZARANKIN, 2002). “Um edifício terminado nos expõe, num único olhar, uma soma de intenções, das invenções, dos conhecimentos e das forças que sua existência implica; ele manifesta à luz a obra combinada do querer, do saber e do poder do homem” (VALÉRY apud ZARANKIN, 2002: 9).

Quando se trata de edifícios utilizados por órgãos policiais, como é o caso da sede do Deops/SP, fica clara a ideologia empregada nas divisões dos espaços e a relação de poder que a própria materialidade do prédio impõe entre seus frequentadores – detentos e oficiais. O filósofo francês Michel Foucault percebe a mudança na arquitetura, que deixa de ser algo construído para ser visto – palácios – ou para ver o exterior – serventia das fortalezas e muralhas – e passa a se voltar para seu interior, para observar, agir sobre, disciplinar, controlar e dominar aqueles que se encontram dentro do seu espaço. “As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento [...] formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento” (FOUCAULT, 2012: 167).

Comparando o sistema carcerário montado no prédio do Deops/SP ao projeto do Panóptico de Jeremy Bentham, encontramos algumas divergências. Das cartas, escritas por Bentham em 1787, em Crecheff, Rússia Branca, e enviadas à Inglaterra, encontramos, dentre as propostas de construção: existência de um prédio central que seria o “alojamento do inspetor” e a configuração das celas instaladas também em formato circular, separadas por uma “área intermediária” e a ideia de que na parte interior as celas deveriam ter “uma grade de ferro suficientemente fina para não subtrair qualquer parte da cela da visão do inspetor” (BENTHAM apud TADEU, 2008). Pois bem, a prisão ditatorial não contava com nenhuma construção circular e possuía portas de madeira com pequenos espaços gradeados que possibilitavam a visibilidade entre cela e meio externo, dificultando assim a observação de todo o espaço pelo agente penitenciário. Elza Lobo relata que todas as celas tinham as portas iguais: de madeira e com espaço para passar o prato (LOBO, 2008).

Embora as características físicas do Panóptico e da sede do Deops/Sp não sejam as mesmas, os dois projetos arquitetônicos respondem ao mesmo propósito: nesses tipos

de locais de sujeição, os prisioneiros não tem a certeza de que estão sendo vigiados, mas sabem que podem estar, “quem está submetido a um campo de visibilidade e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder” (FOUCAULT, 2002: 192). O encarcerado não vê o tempo todo o encarregado da segurança, mas sabe que ele está ali e pode estar observando sem que ele veja – no caso do Panóptico – e que a qualquer momento ele pode fazer uso da pequena janela da porta para verificar o que ocorre na cela – no caso da prisão ditatorial. Assim, os corredores do Deops-SP estão para o “alojamento do inspetor” como os agentes penitenciários estão para o inspetor.

Vale ressaltar que, como apresentado anteriormente, o prédio analisado não foi construído com a finalidade de se tornar um aparelho de repressão policial, diferente da proposta do Panóptico. Ainda assim, foi adaptado para abrigar um sistema carcerário, com a construção de celas no andar térreo. Sobre essa modificação no espaço interno do prédio e a data em que isso se deu não se encontrou nenhum registro.

Zarankin e Niro (2006) demonstram como a análise das prisões ditatoriais dá indícios de que o aparato repressivo era pensado de modo a destruir a identidade dos prisioneiros e suas possibilidades de resistência (ZARANKIN; SALERNO; PEROSINO, 2012). Percebemos isso na preocupação desses dois modelos prisionais com a comunicação entre os prisioneiros. No Panóptico, as celas deveriam ser individuais e construídas de modo a não permitir a comunicação entre os presos (BENTHAM, apud TADEU, 2008). Já no prédio do DEOPS-SP, a pequena quantidade de celas frente ao grande número de prisioneiros proporcionou aos mesmos que dividissem o espaço com outros companheiros. Além disso, apesar do fato de a comunicação com as outras celas fosse proibida, Elza relata que as três celas representadas na parte central superior da maquete produzida pelo Memorial da Resistência (foto 1) eram vazadas na parte de cima, facilitando a comunicação entre as pessoas (LOBO, 2008). Havia também, nessa cela, uma pia e uma fossa. Comunicar-se então, era também uma forma de ser resistente e não se entregar à proibição imposta.

Os presos, resistindo à “lei do silêncio” que lhes era imposta, encontravam sempre mecanismos para se informar sobre o que se passava aos “vizinhos”, quem havia chegado e saído. Em depoimento à Comissão da verdade, Elza Lobo relata que optou por ajudar a servir a comida aos companheiros, pois, ao levar os pratos às celas, poderia conseguir alguma informação nova, ver e perceber o que estava havendo e quem estava nas outras celas (LOBO, 2013), além de procurar melhorar o aspecto da comida que “vinha num latão, né?! Aquilo para mim era um negócio horroroso... então a gente tentava... que a visão [do prato] fosse um pouco melhor” (LOBO, 2008). Atitudes como essas podem ser encaradas como atos de resistência a todo o poder e tentativa de aniquilação do ser realizada pelo poder repressor. Percebemos que o aspecto e os utensílios

do alimento eram importantes e marcantes, pois, no testemunho de Rose Nogueira, ela também lembra que comia em colheres de plástico e pratos, também de plástico azuis (NOGUEIRA, 2008).

Outro ato de solidariedade, como a própria Elza define, foi praticado por ela no Natal e final de ano, quando pede à mãe que leve ao presídio um bolo e algumas flores – cravos vermelhos – para que pudesse presentear os outros: “Sabe assim quando você quer levantar a moral também das pessoas? Então se de um lado você tem uma agressão muito forte, você tenta amenizar, né?! Passar um natal sem nada... tem que ter alguma coisa!” (LOBO, 2008). Esse episódio deu origem a uma das composições materiais da exposição do Memorial da Resistência, onde se pode ver um cravo vermelho (fig. 2) e ouvir o depoimento de ex-presos políticos, inclusive Elza, relatando o episódio.



Fig. 2: Representação do cravo vermelho distribuído por Elza Lobo aos companheiros, às vésperas do Natal. Fonte: <http://energiapaulistanica.blogspot.com.br/2012/04/memorial-da-resistencia-didatura.html>

Ainda a respeito do “fichamento” ao chegar no Deops/SP, as duas se recordam que a ficha de identificação e os registros em vários livros eram feitos num balcão no térreo, logo na entrada do edifício, onde normalmente ficava um carcereiro (LOBO; NOGUEIRA, 2008). Através da comparação entre os relatos e a maquete (fig. 1), podemos supor que esse espaço de identificação seria a pequena sala representada na parte inferior da figura, à direita.

Elza Lobo e Rose Nogueira lembram-se que a sala do delegado Sérgio Paranhos Fleury, figura emblemática e cruel do Deops/SP, ficava num andar superior, pois subiam

escadas. Nenhuma das duas, porém, afirma exatamente qual era o andar. Tendo em vista um Livro de Portaria do Deops que descreve quais as pessoas que trabalhavam em cada andar e os órgãos que ali funcionavam, podemos afirmar que a sala do Delegado Fleury ficava no segundo andar, contando-se o térreo (DEPARTAMENTO, 1972). No caso de Rose, esse foi o primeiro lugar para onde foi levada quando chegou ao prédio. Descreve-o:

Fomos para uma sala enorme que dava para a rua, onde tinha uns sofás verdes de couro e uma mesa que era a mesa do Fleury e em cima aquele cartaz num papelão amarelo desses de caixa com a caveira desenhada e E.M (Esquadrão da Morte), e na mesa dele também, ele não escondia isso [...] Na parede do outro lado tinha uma vitrine cheia de arma, de espingarda assim em pé. Parecia essas coisas de filme (NOGUEIRA, 2008).

O símbolo do Esquadrão da Morte na sala do delegado Fleury é também citado por Elza Lobo. A mesma diz que nessa sala não havia tortura física, apesar de ser uma tortura psicológica estar nesse lugar, diante do renomado delegado e do símbolo do seu Esquadrão da Morte (LOBO, 2008). Na fala das duas mulheres, percebemos como esse cartaz ficou cravado nas memórias e como foi emblemático para a situação vivida, devido ao que representava.

DIFERENTES OCUPAÇÕES NUM MESMO EDIFÍCIO

Tendo o edifício passado por várias ocupações ao longo dos anos – armazém e escritórios da estrada de ferro Sorocabana, Deops/SP, Decon, Memorial do Cárcere – algumas modificações arquitetônicas ocorreram em seu interior para que se adaptasse o espaço aos diferentes fins necessários. Sobre essas mudanças, porém, é extremamente difícil encontrar fotos e documentos. Isso se deve, em parte, ao longo processo de tombamento da 2ª Estação de Ferro Sorocabana, que depois abrigou o Deops/Sp e esteve pendente no Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – desde 20 de maio de 1976, sendo efetivamente tombado em 08 de julho de 1999 (CONDEPHAAT, 1976, 1999). Nota-se aqui que o início do processo se dá durante o período ditatorial militar e que isso foi um complicador para que se angariassem documentos e se desse continuidade aos tramites do tombamento. Com isso, podemos perceber os interesses políticos na preservação ou não de memórias. Segundo Deborah Neves, a resolução SC-28 de 08/07/1976, que decide pelo tombamento do prédio se dá devido a um interesse de captação financeira para a transformação do prédio na Escola Superior de Música:

Assim, ao contrario da ideia de que o local fora preservado dado o seu caráter histórico,

sendo pensado como um ‘lugar de memória’, carregado de sentidos e significados, o tombamento do edifício do DEOPS/SP não tem qualquer nexos com a preservação e/ou construção de uma memória para a ditadura (NEVES, 2014: 105).

Na edição de 14 de abril de 1998, o *Jornal Metrô News Norte* noticia que a antiga sede do DOPS dará lugar à Academia Superior de Música, que prevê a construção de um teatro, área de lazer, livraria, estúdio de gravação, auditório, salas de aulas teóricas, práticas individuais e coletivas e salas de ensaio. As celas seriam transformadas no Memorial do Cárcere. O jornal aponta ainda que “o edifício sofreu muitas modificações em seu interior, mas nada foi fotografado ou registrado por pesquisadores” (SALIGNAC apud. CONDEPHAAT, 1999), o que é notável ainda hoje quando se percebe a falta de documentação e informações sobre o interior do prédio.

O contrato para iniciar tais obras seria assinado pelo governador Mário Covas, em uma visita ao edifício no dia 1 de abril de 1998 (SALIGNAC, apud. CONDEPHAAT, 1999). Curioso notar que, a data escolhida para o início do processo de transformação de um espaço de memória sobre a ditadura, a tortura e a resistência em um centro cultural relativo à música é feito justamente no aniversário de 34 anos do início dessa mesma ditadura. Ou seja, em um dia bastante significativo para a memória do período, pretende-se promover na quase totalidade do prédio – uma pequena parte seria o Memorial do Cárcere – um apagamento do que foi ali vivido no regime ditatorial.

Elza Lobo esteve, a convite do governador e com outros ex-presos, nessa visita ao antigo DOPS. Em seu testemunho ao Memorial da Resistência afirma que quando da visita

Quando chegou aqui no fundão tava fechado né?! Aí eu virei para o governador e falei: ‘Governador, por favor, abra essa porta porque eu fiquei nessa parte’, ele virou pra mim e falou assim: ‘É melhor esquecer porque a gente não sabe o que tem do lado de lá’. Aquilo me marcou muito, eu falei assim: ‘Que diacho de coisa não se pode ver, né?!’. Aí eu sair e fui ver pelo lado de fora, aí já tava tudo destruído aqui, porque com a reforma que tinham feito da Sala São Paulo, esse pedaço fizeram não sei se é uma parte da garagem ou estacionamento (LOBO, 2008).

Esse trecho do depoimento de Elza é bastante significativo, pois sinaliza que o fundão, uma parte do edifício importante para ela, foi demolido e ainda não se encontrou documentos que versem sobre a justificativa e quais os interesses ligados a essa demolição. Afinal, o estacionamento da Sala São Paulo não precisaria, justamente, daquele espaço, relativamente pequeno se compararmos com o tamanho do estacionamento do local, visível hoje em dia. Percebemos também na fala de Elza, a importância do espaço edificado, o querer ter aquele espaço ainda inteiro para preservar a sua memória.

As chamadas celas do fundão são as quatro pequenas celas representadas no canto

superior direito, na maquete (fig. 1). Elza relata que no início, as celas do fundão eram ocupadas somente por mulheres, mas que em determinado momento isso mudou. Eram celas totalmente fechadas e sem janelas, com uma lâmpada alta. Rose esteve na cela do fundão quando chegou, lembra que perto dessas celas havia um fogão e um balcão, não contemplados pela maquete. Por esse motivo, não se pode dizer se ficavam no pequeno cubículo no canto superior direito ou se eram situadas no corredor em frente às celas. Rose descreve o interior das celas, dizendo que nelas havia “espécie de camas de alvenaria com colchões em cima [...], o banheiro era uma bacia e uma pia [...] o colchão era de palha” (NOGUEIRA, 2008). Em visita ao Memorial da Resistência em São Paulo, pode-se ver uma porta de madeira representada ao final do corredor, que simboliza o acesso a essas quatro celas demolidas.

A primeira cela onde Elza esteve detida era bem pequena, ainda assim, chegou a dividi-la com mais quatro companheiras. Conta que, além do pouco espaço da cela, havia um catre de madeira bem alto na frente da porta, com colchão em cima e uma luz ficava acesa dia e noite. Devido à falta de espaço “sentava no chão, punha um jornal. Não dormia, você recostava né?!” (LOBO, 2008). A impressão que se tem, pelos relatos é de que esse primeiro lugar onde esteve, é a primeira cela do canto superior esquerdo (fig. 1).

Fala recorrente no testemunho das duas ex-presas são as condições de higiene às quais estavam submetidas e a sujeira no prédio como um todo. Rose relata que “esse edifício me lembra sujeira [...] eles eram muito porcos. [...] Era uma sujeira, no chão, em todo lugar. [...] Tinha um ralo em algum lugar onde eles jogavam comida, tudo em volta.” (NOGUEIRA, 2008). E Elza se lembra que “outra coisa que a gente viu é que tinha muita barata. [...] As condições eram muito inóspitas” (LOBO, 2008).

Quanto à própria higiene, as condições não eram melhores. Elza descreve que “para tomar banho você tinha o chuveiro, um cano que às vezes saía água, às vezes tinha que ficar batendo no cano para sair [...] e você tinha que fazer assim, aquelas higiene de francês né?! Passar a toalhinha” (LOBO, 2008). A respeito disso, a memória de Rose não é diferente: “eu sangrava muito, não tinha absorvente. Ficava muito suja e fedida” (NOGUEIRA, 2008).

A RELAÇÃO ENTRE A MATERIALIDADE E INDIVÍDUOS

A partir da proposição da historiadora Ewa Domanska, em sua obra *The Material Presence of the Past*, há três formas de análise das relações entre pessoas e objetos: *orientalism*, que seria a dominação dos homens sobre as coisas; *paternalism*, administração humana dos objetos; *communalism*, baseado na reciprocidade e no diálogo entre

as duas partes (DOMANSKA, apud MONSHENSKA, 2010a).

Dentre as opções citadas acima, este trabalho segue ao *communalism*, por acreditar que possibilita uma abordagem mais transparente da relação entre as ex-presas políticas e a cultura material à sua volta, uma vez que foram moldadas pela materialidade, assim como a moldaram. Poderíamos incurrir em um erro grave, se partíssemos do pressuposto de que, sendo uma prisão ditatorial, tudo é repressão e os indivíduos não tiveram influências sobre os objetos e a estrutura que lhes é imposta. Como demonstra Pilar Calveiro “qualquer poder reconhece um limite, e diante de qualquer poder existe uma possibilidade de resistência” (2013: 64).

Exemplos dessa modificação e um ato de resistência e sobrevivência – fazer um registro de que esteve ali – foram as inscrições deixadas nas paredes, por muitos dos presos. Elza Lobo relata que escreveu nas paredes da cela uma frase, da qual não se lembra exatamente e que não chegou a escrever o próprio nome. Deixou ainda registrado, o nome da cela em que estava, num momento em que os presos resolveram nomear todas as celas, gravando esse nome na parede e gritando para que os outros soubessem qual era. A cela de Elza foi batizada ‘Schael’ – estudante de medicina morto na OBAN – e as inscrições foram feitas por ela e Edith Negrais, “foi um trabalho lascado porque a gente fez com grampos de cabelo[...] então levou dias [...] foram umas atividades assim, fortes” (LOBO, 2008). Rose Nogueira relembra que “tinha muita coisa escrita [nas paredes]”, ela mesma escreveu “meu bebê está lá em cima”, quando seu filho foi trazido, acompanhado dos avós – pais do marido Luíz Roberto Clauset – ao prédio do Deops/SP a fim de ouvir o depoimento dos mesmos, pois acreditavam que ela era uma mulher que havia viajado para Cuba com Marighela. O objetivo era também pressioná-la para que liberasse informações que os oficiais queriam ouvir, enquanto ameaçavam machucar o bebê (NOGUEIRA, 2008).

Quando da visita feita pelo governador Mario Covas, juntamente com alguns ex-presos, em 1998, Elza Lobo relata que “tavam ainda as celas rabiscadas” (LOBO, 2008). Em 1999, porém, o edifício passou por outra reforma para abrigar a Escola de Música² e, nessa reforma, todas as inscrições nas paredes foram apagadas (NEVES, 2014). A partir dessa informação e do depoimento de Elza, que lá esteve em 1998, não resta dúvidas de que a reforma de 1999 foi responsável pelo apagamento das inscrições.

Após a época em que teriam início as obras que levariam à Escola Superior de Música, os periódicos *Folha de São Paulo* (01/04/1998 e 02/04/1998); *Metrô News Norte* (14/04/1998); *Jornal da Tarde* (02/04/1998); *Urbs* (jun/jul/1998); *Jornal do Síndico*

2 Ver mais sobre as mudanças e reformas no edifício em: Deborah Neves, *A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires*, 2014.

(10/1998); noticiaram que parte do prédio seria reservado Memorial do Cárcere, justamente as seis celas (4 menores e 2 maiores). Desses periódicos, 4 deixam claro que as intenções, pelo menos as que foram expressas à mídia, eram de que se mantivessem as inscrições nas paredes: “Ali, recados, nomes, números deixados pelos prisioneiros continuam a marcar as paredes e serão mantidos como estão” (CONDEPHAAT, 1999). Dois dos jornais também fazem referência à existência de algum mobiliário restante nas celas, *O Estado de São Paulo*, de 02 de abril de 1998, descreve que “alguns instrumentos de tortura enferrujados, como uma máquina de dar choques, ainda podem ser vistos no local” (CONDEPHAAT, 1999). Não se sabe o paradeiro desses artefatos que ainda estavam no prédio em 1998. Provavelmente foram retirados do prédio devido à obra, mas não há qualquer menção a isso na documentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser um acontecimento historicamente recente, a Ditadura Militar é um período que proporciona uma gama plural de abordagens – vestígios materiais, fontes orais e documentos escritos –, o que pode tornar as pesquisas sobre esse tema cada vez mais ricas. Isto se dá não somente porque pode-se agregar informações de caráter diferenciado, mas, principalmente, porque a confrontação entre essas fontes pode apontar contradições que só são perceptíveis devido a essa pluralidade de registros.

Este trabalho demonstra como a abordagem arqueológica do período ditatorial é rica em fontes e informações. Além disso, a utilização da memória de pessoas que viveram intensamente esse Estado de Exceção fornece ricas informações para integrar um quadro da composição material da repressão.

Como visto ao longo do texto, muito dessa cultura material ligada à Ditadura Militar se perdeu devido, ora à falta de interesse em preservar, ora ao interesse em esconder essa página da História do país. Hoje, 50 anos após o golpe, ainda é importante e necessário pesquisar, analisar e interpretar os remanescentes desse período, visto que isso ajuda a responder questões pendentes e faz jus aos atos das pessoas que viveram o período ditatorial. Além desses, as famílias que perderam seus entes queridos, cuja ausência se faz presente sempre, também merecem que suas questões sejam esclarecidas. É preciso preservar essas memórias e fazer com que sejam conhecidas por um número cada vez maior de brasileiros, para que todo o cerceamento da liberdade, toda dor, morte e tortura que aconteceram naqueles 21 anos nunca mais se repitam e que, aqueles que passaram por tudo isso, jamais sejam relegados ao esquecimento.

FONTES ORAIS:

NOGUEIRA, R. Amor e Revolução: Depoimento. [2011]. São Paulo: *Sistema Brasileiro de Televisão*.

NOGUEIRA, R. Depoimento [16 set. 2008]. *São Paulo: Memorial da Resistência*.

LOBO, E. Depoimento [2013]. São Paulo: *Comissão Nacional da Verdade*.

LOBO, E. Depoimento [16 set. 2008]. *São Paulo: Memorial da Resistência*.

FONTES DOCUMENTAIS:

BRASIL. Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Presidência da República: Casa Civil. Brasília, 18 nov. 2011.

CONDEPHAAT. Tombamento da Estação Ferroviária Sorocabana. Processo n. 20151, 1976.

CONDEPHAAT. Tombamento da Estação Ferroviária Sorocabana. Processo n. 38685, 1999.

DEOPS. *Livro de Portaria* São Paulo: *Arquivo do Estado*. [1 jan a 21 mar.] 1972.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 146140. 26 nov. 1969.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: Os campos de concentração na Argentina*. São Paulo, Boitempo, 2013.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 40ª edição. Petrópolis, Vozes, 2012.

FUNARI, P.; SOARES, I. *Arqueologia da Resistência e Direitos Humanos*. Disponível em: < http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp_codartigo=616 >. Acesso em: 23/12/2014

FUNARI, P. ZARANKIN, A (comp.). *Arqueología de la represión y resistencia em América Latina (1960-1980)*. Catamarca, Encuentro, 2006.

JUSTAMAND, M.; MECI, P. S.; FUNARI, P. P. A. *Repressão Política e direitos humanos: Arqueologia, História e memória da ditadura militar brasileira*. [Manuscrito

inédito].

MONSHENSKA, G. “Gas masks: material culture, memory, and the senses”. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, Londres, n. 16, p. 609-628, 2010a.

MONSHENSKA, G. “Working of Memory in the Archaeology of Modern Conflict”. *Cambridge Archaeological Journal*, Londres, v. 20, p. 33-48, fev. 2010b.

NEVES, D. *A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires*. 2014. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RAGO, M. “Desejo de memória”. *Revista Labrys*. São Paulo, n. 15, 13 set. 2009.

SALERNO, M.; ZARANKIN, A.; PEROSINO, M. “Arqueologías de la clandestinidad. Una revisión de los trabajos efectuados en los centros de detención clandestinos de la última dictadura militar en Argentina”. *Revista de História Militar on line*. n. 2, p. 49-84, .2012.

TADEU, T (org.). *O panóptico: Jeremy Bentham*. 2ª edição. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

ZARANKIN, A. “Arqueología de la Arquitectura: modelando al individuo disciplinado em la sociedad capitalista”. *Revista de Arqueología Americana*. [...], n. 22, p. 25-39, 2003.

ZARANKIN, A. *Paredes que domesticam*. Buenos Aires: Fapesp/CHAAUnicamp, 2002.